



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Oficial de Redação e Tabelião (ol)  
de Notas do Mun. de Ribeira  
[ ] Tracy Duarte de Camargo  
[ ] Art de Almeida Camargo

**§ 4º** - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

**§ 5º** - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos a gestão orçamentária – financeira ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

**Art. 8º** - O Poder Executivo está autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

**I** - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

**II** - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma categoria de programação para outra, e de um órgão para outro, nos termos do Inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal;

**III** - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

**Parágrafo Único** - Não onerarão o limite previsto no inciso III, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a dívida pública, débitos constantes e precatórios judiciais e despesas de recursos vinculados e o disposto no art. 4º da L.R.F. e integrantes desta Lei os anexos e metas fiscais e das metas de riscos fiscais.

**Art. 9º** - Não sendo devolvido o autógrafo da lei orçamentária até o final do exercício de 2005 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**§ 1º** - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

**I** - Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

**II** - Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas, deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara.

**III** - A cada quatro meses, o Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliado o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores.

**IV** - Os Planos LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, parecer do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na Internet, e ficará à disposição da comunidade.